

Moção

Apelo à intervenção do Presidente da República Portuguesa para a salvaguarda dos direitos e interesses dos cidadãos de Setúbal na questão das dragagens no Rio Sado

Considerando:

- A. Que o projecto de melhoria de acessibilidade marítima ao Porto de Setúbal implica a dragagens de largos milhões de metros cúbicos de areia do fundo do Rio Sado.
- B. Que este projecto (as dragagens e o local de depósito dos dragados, em particular) gera um sentimento de insegurança, incerteza e instabilidade junto da comunidade piscatória pela deposição de dragados prevista para zona da Restinga.
- C. Que este sentimento se intensificou nos últimos meses e que, gradualmente, se tem materializado em manifestações e protestos de inúmeros cidadãos e organizações.
- D. Que a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS) tem justificado as dragagens com um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) realizado.
- E. Que o Relatório de Consulta Pública revela que nenhuma cooperativa ou associação de pesca foi directamente consultada ao contrário de outras entidades com menor interesse económico sobre o Rio Sado.
- F. Que o Título Único Ambiental (TUA) não ignora os riscos correspondentes às dragagens alertando inclusive através de parecer dado pelo Município de Setúbal para “impactes ambientais negativos com repercussões sociais nas actividades da pesca profissional, artesanal e costeira com peso significativo no tecido económico da cidade de Setúbal.”
- G. Que além do aspecto económico, que tem justificado o projecto, não é a única dimensão relevante, sendo fundamental garantir um elevado padrão de protecção do ambiente e da biodiversidade do Rio Sado, ao mesmo tempo que se preserva a identificação cultural dos setubalenses com o Rio, o Estuário e a envolvente natural.
- H. Que o quadro exposto tem motivado sucessivos debates, propostas e posições nesta Câmara Municipal e que a discussão pública ultrapassa, em larga medida, os órgãos de poder local, sendo matéria de ampla preocupação junto da sociedade civil.
- I. Que, em 22 de Novembro de 2018, a Comissão Europeia foi questionada oficialmente pelo Deputado Carlos Coelho sobre o eventual cumprimento dos deveres de auscultação dos interessados no procedimento de emissão do EIA.
- J. Que, em 8 de Fevereiro de 2019, a Comissão Europeia, em resposta a esta pergunta parlamentar escrita, esclareceu que *“em projetos cofinanciados pela UE, cabe aos Estados-Membros assegurar que os projetos cumprem as regras nacionais e da UE. Se um Estado-Membro não o fizer, a Comissão dispõe de uma*

série de instrumentos para corrigir a situação. A Comissão pode interromper ou suspender os pagamentos intermédios e, simultaneamente, solicitar ao Estado-Membro que tome medidas corretivas. Se este não tomar tais medidas e for demonstrada uma infração, a Comissão pode considerar retirar o cofinanciamento da UE”.

- K. Que, ao longo destes meses, este debate político foi motivado por uma significativa agitação popular que se manifesta em protestos espontâneos da população, em acções de contestação organizadas, em inúmeros artigos de opinião e peças jornalísticas, em debates públicos e mesmo em acções judiciais que correm, nos termos da Lei, nos tribunais portugueses.
- L. Que todos os factos expostos supra configuram uma situação de instabilidade, de incerteza e de insegurança dos cidadãos, empresas e organizações.
- M. Que a Câmara Municipal de Setúbal tem o dever de defender os direitos e interesses legítimos dos seus munícipes.
- N. Que o Presidente da República Portuguesa exerce uma magistratura de influência que a autoridade das elevadas funções exercidas confere.

A Câmara Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária, em 20 de Fevereiro de 2019, nos Paços do Concelho considera relevante as seguintes iniciativas:

1. Levar todos os factos expostos supra e demais que sejam adequados a um esclarecimento cabal das circunstâncias actuais, a conhecimento de Sua Excelência, o Presidente da República Portuguesa.
2. Endereçar a Sua Excelência, o Presidente da República, uma carta que requeira os seus bons ofícios na procura de um clima de diálogo entre todos os agentes interessados para ultrapassar as divergências profundas sobre as consequências das dragagens no Rio Sado.

APRESENTADA por:

Vereador eleito pelo Partido Social Democrata

Nuno Carvalho